

3

Gêneros textuais

O interesse em estudar gêneros textuais não é algo novo. De acordo com Marcuschi (2008), no ocidente, a observação sistemática dos gêneros teve início com Platão há mais de vinte e cinco séculos. Desde então, o conceito de “gênero” ficou associado ao contexto dos estudos literários, perdurando até o início do século XX. Atualmente, a noção de gênero tem se expandido e tem sido usada para “referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias” (SWALES, 1990, p.33).

Para Bhatia (2002), os gêneros textuais podem ser vistos por duas perspectivas diferentes. Na primeira, como reflexo do mundo e das práticas comunicativas nele presentes. Na segunda, como uma eficiente ferramenta pedagógica para o ensino-aprendizagem de línguas.

Este capítulo apresenta algumas das principais orientações de análise de gêneros textuais, no intuito de compreender a natureza e o funcionamento desse objeto tão complexo. Dentre elas, destacam-se: a perspectiva bakhtiniana; a sociorretórica; a Nova Retórica; a Escola de Sidney; a Escola de Genebra.

3.1

A perspectiva bakhtiniana

Esta perspectiva tem como expoente o filósofo russo Mikhail Bakhtin, cujas teorias abriram portas para uma nova interpretação da linguagem, da comunicação e da ideologia.

Para Bakhtin (2003), mesmo a língua com seus diversos recursos (lexicais, morfológicos e sintáticos) não seria suficientemente capaz de constituir a expressão da atividade humana, se não houvesse a materialização de um enunciado concreto. A esses enunciados responsáveis por designar as diferentes atividades humanas, Bakhtin chamou de **gêneros do discurso** (BAKHTIN, 2003, p.262). O pensador russo caracterizou os gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados, constituídos a partir de três elementos – o **conteúdo temático**, o **estilo** e a **construção composicional**. O conteúdo temático contempla tudo aquilo que pode ser dizível em um gênero (os assuntos, os temas

típicos); o estilo se refere à escolha dos recursos linguísticos do gênero; e a construção composicional, as formas de organização textual. Estes elementos "estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação" (BAKHTIN, 2003, p.262).

O conceito de gênero de discurso de Bakhtin se tornou central para os estudos da análise do discurso. Do seu ponto de vista, o gênero é capaz de definir as infinitas esferas de uso do discurso na produção de mensagens no tempo e no espaço das culturas. O pensador russo argumenta que a comunicação, pela fala ou pela escrita, se concretiza através de gêneros do discurso. Bakhtin ainda distingue dois tipos de gêneros. Estes podem ser classificados como **primários** e **secundários**. Os gêneros primários correspondem às formas de comunicação espontânea, como a conversa, a carta, etc. Destes surgem os gêneros secundários, que são formas discursivas mais complexas, por exemplo, obras literárias, documentos oficiais, relatos científicos, etc.

Assim sendo, pode-se alegar que os gêneros são responsáveis por organizar a experiência humana, atribuindo-lhes sentido. Eles são os meios pelos quais as pessoas vêem e interpretam o mundo e nele agem (BAKHTIN, 2003).

3.2

A Sociorretórica

A perspectiva da sociorretórica, na figura de John Swales, foi largamente difundida principalmente no ensino de inglês para fins específicos (ESP). Diferente da visão bakhtiniana de gênero, que se remetia ao enunciado, a visão swalesiana se volta para o texto (i.e., sua estrutura organizacional e aspectos formais).

A concepção de gênero de Swales (1990) nasceu da confluência de diferentes áreas do conhecimento (estudos folclóricos, estudos literários, linguística e retórica). Este autor percebeu que havia vários pontos em comum entre esses estudos e a noção de gênero, a saber: o dinamismo acerca da evolução dos gêneros e o seu perfil sócio-histórico; o reconhecimento de gêneros específicos e das suas funções dentro de uma comunidade discursiva; os propósitos comunicativos e as ações sociais realizados através desses gêneros. A

partir disso, o pesquisador propôs uma definição de gênero que abarcasse todas as características mencionadas, como se pode ler a seguir:

“Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Tais propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem e, portanto, constituem o conjunto de razões para o gênero. Essas razões moldam a estrutura esquemática do discurso e influenciam e impõem limites à escolha de conteúdo e de estilo.” (1990, p.58)⁴

Tendo em vista as aplicações pedagógicas do conceito de gênero, Swales (1990) analisou introduções de artigos científicos. Neste empreendimento, o pesquisador pôde observar uma organização formal mais ou menos rígida nos mesmos. Dessa investigação, criou-se um modelo de análise (figura 1), para o qual adotou a sigla CARS (i.e, *Creating A Research Space* = **Criando Um Espaço de Pesquisa**).

MOVIMENTO 1: ESTABELECER O TERRITÓRIO

Passo 1 - Estabelecer a importância da pesquisa *el/ou*

Passo 2 - Fazer generalizações *el/ou*

Passo 3 - Revisar a literatura

MOVIMENTO 2: ESTABELECER UM NICHOS

Passo 1A - Contra-argumentar *ou*

Passo 1B - Indicar lacunas no conhecimento estabelecido *ou*

Passo 1C - Provocar questionamentos *ou*

Passo 1D - Continuar a tradição

MOVIMENTO 3: OCUPAR O NICHOS

Passo 1A - Delinear os objetivos *ou*

Passo 1B - Apresentar a pesquisa

Passo 2 - Apresentar os principais resultados

Passo 3 - Indicar a estrutura do artigo

**Figura 1 - Modelo CARS de introdução de artigos científicos em inglês
(SWALES, 1990, p.141)**

⁴ Minha tradução para: “A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style.”

No modelo anterior, Swales propõe uma organização em dois níveis hierárquicos de informação: os ‘movimentos’ (*moves*) e os ‘passos’ (*steps*). Segundo Motta-Roth (1995), um movimento pode ser definido como um bloco de texto que pode se estender por mais de uma sentença, realizando uma função comunicativa específica (em artigos científicos, por exemplo, estabelecer o território epistemológico da área), e que, juntamente com outros movimentos, constitui a totalidade da estrutura informacional que deve estar presente no texto para que esse possa ser reconhecido como um exemplar de um dado gênero do discurso.

Todavia, o estudo de um gênero não pode se limitar ao conhecimento da organização retórica. A esse respeito, respaldo-me em Bonini (2001), quando o mesmo afirma que o conhecimento do padrão linguístico particular de um certo grupo de indivíduos que atua comunicativamente mediante propósitos compartilhados é requisito não só para a adesão à comunidade discursiva quanto para a ascensão em sua estrutura hierárquica de participação. Assim sendo, as características gramaticais e lexicais de um gênero devem ser mostradas para dominá-lo.

Seguindo o pensamento de Swales (1990), Bhatia (1993, p.13), preocupado com o comportamento linguístico dos gêneros em contextos acadêmicos e profissionais, expande alguns conceitos. Primeiro, Bhatia enfatiza a relevância da noção de **propósito comunicativo** de Swales. Para tanto, faz a seguinte pergunta: “Por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da maneira como fazem?” Ao levantar tal questionamento, o pesquisador considerou não apenas fatores socioculturais, como os propósitos comunicativos, mas também fatores cognitivos, como as estratégias utilizadas por seus membros para atingir esses propósitos. Depois, traz à tona a idéia de que um gênero pode apresentar um ou mais propósitos comunicativos. Finalmente, sinaliza que qualquer mudança significativa no propósito comunicativo do gênero poderia acarretar a criação de um gênero diferente.

Bhatia (1993) propõe uma análise de gêneros que envolve sete passos, a saber:

1. Posicionar o gênero em um contexto através do conhecimento prévio e aspectos referentes à parte interna do texto;
2. Levantar a literatura disponível sobre o gênero em questão;

3. Refinar a análise situacional/contextual através do reconhecimento de seus participantes assim como suas relações, objetivos, definição histórica, sócio-cultural, dentre outros da comunidade em que o gênero aparece, identificando o assunto e o contexto extra-textual que o texto representa;
4. Selecionar um corpus baseado na definição clara do gênero com o qual esta trabalhando;
5. Estudar o sistema ou metodologia em que o gênero é usado e as normas que governam o uso da linguagem nesse ambiente;
6. Definir as análises das características léxico-gramaticais, dos padrões textuais e das estruturas organizacionais;
7. Obter informações especializadas através de um informante que seja um usuário especialista na cultura em que o gênero é utilizado.

Ressalto que as contribuições da sociorretórica foram valiosas para o ensino de línguas, em especial, o ensino de inglês para fins específicos (ESP). De acordo com Hyon (1996, p.695), mais do que a caracterização da simples tipologia textual, oral ou escrita, de padrões formais de estrutura, estilo e conteúdo, e público-alvo dos gêneros, as pesquisas de Swales levaram à compreensão dos gêneros textuais como “eventos comunicativos” caracterizados por seus “propósitos comunicativos em contextos sociais diversos”. Assim sendo, muitos pesquisadores na área de ESP começaram a enfatizar o ensino da organização estrutural de gêneros textuais e de suas características linguísticas, como meio de instruir alunos não-nativos de inglês a usarem a língua em contextos acadêmicos e profissionais (idem, p.698).

3.3

A Nova Retórica

Os estudos sobre gêneros textuais na visão da Nova Retórica americana foram influenciados por Bakhtin e por antropólogos, sociólogos e etnógrafos preocupados com as organizações sociais e as relações de poder encerradas nos gêneros. Diante deles, estão os aspectos sociocontextuais dos gêneros, isto é, o estudo das funções sociais e as ações dos gêneros e os contextos nos quais são

usados devem ser enfatizados, ao invés do estudo das características formais do texto (HYON, 1996, p. 698).

A preocupação com a função social do gênero se mostrou clara no ensino de escrita acadêmica para alunos graduandos iniciantes nos Estados Unidos. Neste caso, Miller (1994) declara ser a descrição linguística de gêneros uma prática inútil, uma vez que está voltada simplesmente para preencher certos requisitos formais, ao invés de querer alcançar propósitos sociais.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Bazerman (1997, p.59) diz que os gêneros textuais devem ser encarados como “formas de vida”, “formas de ser”. Dessa forma, uma compreensão mais profunda de gêneros está intimamente ligada aos fenômenos de reconhecimento psicossocial que fazem parte de processos de atividades socialmente organizadas. Enfim, os gêneros surgem dos processos sociais nos quais as pessoas tentam se compreender a fim de coordenar atividades e compartilhar significados.

3.4

A Escola de Sidney: perspectiva sistêmico-funcional

A visão sobre gêneros baseada na perspectiva sistêmico-funcional de Michael Halliday teve seu auge na escola australiana de Sidney nas décadas de 70 e 80. A linguística sistêmico-funcional é uma teoria que possibilita a compreensão e análise da linguagem como sistema e meio de comunicação.

Martin (1985), inspirado na visão hallidayana, desenvolveu uma teoria de gêneros e registros a partir das considerações de Halliday e Hasan (1989). Baseando-se inicialmente em Gregory (GREGORY & CARROLL, 1978), cuja formulação teórica propõe a existência de quatro variáveis de registro, o estudioso adota três variáveis: **campo** (*field*), **relações** (*tenor*) e **modo** (*mode*), defendendo, além disso, a existência de gêneros. Além disso, o autor distingue dois tipos de contextos: o **contexto de situação** e o **contexto de cultura**. Defende que em um texto podem-se averiguar escolhas linguísticas concernentes ao campo, relações e modo, elementos condicionantes do contexto de situação. Igualmente, evidencia que um texto instancia um gênero particular cuja realização condiciona o contexto de cultura, considerado um sistema de gêneros.

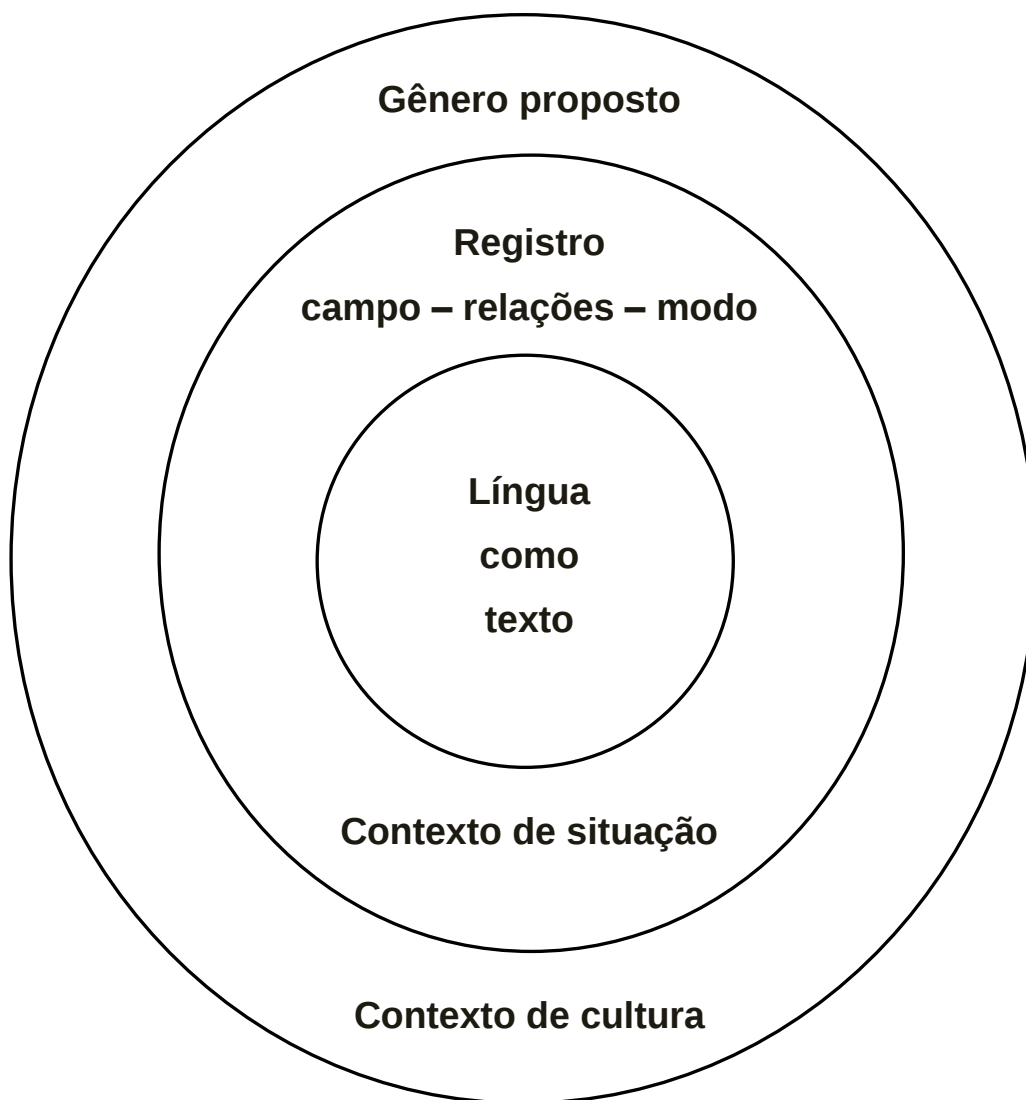


Figura 2 - Contexto de situação e contexto de cultura

A figura 2 acima, adaptada de Richardson (1994, p.124), procura demonstrar como a relação de gênero, contexto e língua é vista pela linguística sistêmico-funcional

Assim sendo, nas palavras de Martin (1984), o gênero se caracteriza como “uma atividade direcionada por objetivos e propósitos realizada em estágios e na qual os falantes se engajam como membros da nossa cultura” (p.25). Por conseguinte, o gênero se torna um instrumento poderoso para o domínio da escrita e para a atuação em sociedade.

3.5

Resumo

Neste capítulo, apresentei as principais linhas de estudos de gêneros textuais. A perspectiva bakhtiniana introduz o conceito de gêneros do discurso (primários e secundários) e os elementos que os constituem (conteúdo temático, estilo e construção composicional). A visão sociorretórica, representada pelos trabalhos de Swales (1990) e Bhatia (1993), na qual surge o conceito de propósito comunicativo e a caracterização linguística dos gêneros textuais. A Escola da Nova Retórica, cuja ênfase é a compreensão dos gêneros como atividades socialmente organizadas. E, finalmente, a perspectiva sistêmico-funcional da Escola de Sidney, com destaque para as variáveis de registro (campo, relações e modo) e os contextos de situação e cultura (MARTIN, 1984).